

### Relatório da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Os resultados apresentados refletem a consistência de nosso modelo de negócio e mostra que o desafio que temos pela frente é o crescimento planejado e competitivo, capaz de conduzir a Cetrel aos padrões de excelência mundial, criando valor para seus clientes, acionistas e integrantes.

Nesse sentido, os principais destaques do exercício foram:

• **Econômico-financeiros**

O lucro líquido apurado no exercício (R\$ 16 milhões) – eliminados os efeitos não recorrentes contabilizados no exercício anterior – apresentou um crescimento de 13%. O EBITDA (R\$ 29 milhões) permitiu a continuidade de programas de investimentos e de inovação, garantindo o crescimento e a perpetuidade de nosso negócio.

• **Inovação**

O Programa de Inovação da Cetrel obteve conquistas significativas em 2009, por meio da implantação de projetos e da realização de parcerias no país e no exterior. Na área de Inovação em Materiais, destaca-se o projeto de biocompósito, que consolidou a parceria com a Braskem para o desenvolvimento de madeira plástica. Já a área de Inovação Tecnológica deu início às pesquisas de valorização energética de subprodutos da indústria sucroalcooleira para produção de biogás e energia elétrica.

A Cetrel contou com o apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), principal organismo de fomento à inovação no Brasil, através das linhas de subvenção econômica (apoio financeiro não reembolsável) e financiamento com encargos reduzidos para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Esse apoio foi decisivo para o desenvolvimento dos programas e é um reconhecimento do acerto e que o partido adotado para as ações inovadoras a Cetrel está no caminho certo.

• **Novos Negócios**

A Empresa deu ênfase, no exercício de 2009, às ações capazes de criar condições para o crescimento na área de novos negócios. A área de novos negócios foi criada com o intuito de identificar as necessidades dos clientes e direcionar as ações de inovação para criar valor para a cadeia produtiva. O evento de maior

impacto foi o patrocínio e participação da Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas, denominada COP 15. Nesse evento, a Cetrel anunciou a parceria com a líder mundial na produção de enzimas industriais, a empresa dinamarquesa Novozymes, para desenvolver uma rota tecnológica para a introdução de enzimas na otimização do processo de geração de biogás.

• **Investimentos**

Foi dada continuidade ao programa de investimentos da Empresa, contemplando melhorias operacionais que totalizaram R\$ 19 milhões no ano, suportados pela geração de caixa obtida e pelo apoio financeiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico).

• **Qualidade, Saúde e Segurança**

Entre as ações de 2009, destaca-se a manutenção de todas as certificações pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e SA 8000, além da acreditação na ISO 17025 durante a auditoria do INMETRO e o *upgrade* obtido na OHSAS 18001.

A Cetrel registrou também um recorde de 1479 dias sem acidentes com afastamento, cerca de quatro anos sem acidentes dessa natureza.

• **Responsabilidade Social**

As ações de responsabilidade social da Cetrel continuaram a dar bons resultados, tendo suas atividades sediadas no Parque Saulpe, criado há três anos para abrigar as atividades do Programa de Educação Ambiental e do Programa de Estudo e Preservação da Fauna. Em 2009, o Programa *Fábrica de Flores*, do qual a Cetrel é uma das patrocinadoras através do INCECC – Instituto Corredor Ecológico da Costa dos Coqueiros, cumpriu a meta de 100 mil mudas de espécies nativas produzidas e com seu plantio efetuado em pontos estratégicos, sempre contando com o apoio das comunidades envolvidas. Aos nossos clientes, parceiros no esforço de renovação; aos nossos acionistas, cuja visão de futuro permitiu a aprovação de projetos e programas fundamentais aos novos tempos; aos nossos integrantes, cuja dedicação e perseverança resultaram na melhoria geral dos indicadores do negócio; e a todos, que de alguma forma participaram de nossa jornada em busca de uma Empresa mais eficiente e criadora de valor, os cumprimentos pelos resultados alcançados.

A Administração

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
	2009	2008		2009	2008
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	777	205	Fornecedores	6.478	4.746
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	60.709	32.632	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	9.421	8.501
Contas a receber de clientes (Nota 4)	13.817	17.950	Salários e encargos sociais	7.884	6.360
Estoques (Nota 5)	3.384	3.476	Impostos, taxas e contribuições sociais	2.918	1.993
Impostos e contribuições a compensar	3.322	3.233	Provisão para tratamento de resíduos (Nota 12.2)	1.400	1.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	2.909	767	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	456	456
Partes relacionadas (Nota 7)	-	1.472	Adiantamentos de clientes	904	735
Despesas antecipadas e outras	452	416	Dividendos a pagar (Nota 14)	3.548	1.637
	<u>85.370</u>	<u>60.151</u>	Partes relacionadas (Nota 7)	517	-
			Outras contas a pagar	44	44
				<u>33.570</u>	<u>26.460</u>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	18.941	18.215
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	13.687	18.405	Provisão para contingências (Nota 12.1)	1.599	1.226
Aplicações financeiras (Nota 3)	3.682	3.379	Adiantamentos de clientes (Nota 7)	-	551
Impostos judiciais (Nota 12.1)	1.230	366	Provisão para cobertura de passivo a descoberto de controlada em conjunto (Nota 8)	115	-
	<u>18.599</u>	<u>22.150</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	9.101	9.557
Investimentos (Nota 8)	28	315	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 7)	5.374	5.374
Imobilizado (Nota 9)	183.085	175.672		<u>35.130</u>	<u>34.923</u>
Intangível (Nota 10)	2.482	2.237	<b>Patrimônio líquido (Nota 13)</b>		
Diferido (Nota 2.2 (k))	749	939	Capital social	151.278	149.619
	<u>204.943</u>	<u>201.313</u>	Reservas de capital	19.600	12.909
			Reserva de reavaliação	26.802	27.688
			Reservas de lucros	23.933	9.865
				<u>221.613</u>	<u>200.081</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>290.313</u>	<u>261.464</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>290.313</u>	<u>261.464</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	Integralizar	Incentivos fiscais	Ágio	Reserva de reavaliação	Incentivos fiscais	Reserva legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>	155.701	(7.740)	3.989	2.230	39.836	-	-	(26.477)	167.539
Aumento de capital (Nota 13 (b))	-	1.658	-	6.690	-	-	-	-	8.348
Realização da reserva de reavaliação (Nota 13 (e))	-	-	-	-	(2.135)	-	-	-	2.135
Impostos diferidos sobre reavaliação (Nota 6)	-	-	-	-	(10.013)	-	-	-	(10.013)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	35.844
Distribuição do resultado:									
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	3.161	1.792	4.912	(9.865)
Dividendos propostos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.637)
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>	155.701	(6.082)	3.989	8.920	27.688	3.161	1.792	4.912	200.081
Aumento de capital (Nota 13 (b))	-	1.659	-	6.691	-	-	-	-	8.350
Realização da reserva de reavaliação (Nota 13 (e))	-	-	-	-	(1.342)	-	-	-	1.342
Impostos diferidos sobre reavaliação (Nota 6)	-	-	-	-	456	-	-	-	456
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	16.269
Distribuição do resultado:									
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	2.626	813	10.629	(14.068)
Dividendos propostos (Nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.543)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	155.701	(4.423)	3.989	15.611	26.802	5.787	2.605	15.541	221.613

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**
*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	2009	2008
<b>Receita bruta dos serviços</b>		
Serviços prestados	116.961	110.644
Tributos sobre serviços	<u>(14.830)</u>	<u>(11.850)</u>
<b>Receita líquida dos serviços</b>	102.131	98.794
Custo dos serviços prestados	<u>(68.654)</u>	<u>(64.855)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>33.477</u>	<u>33.939</u>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Com vendas	2.114	314
Gerais e administrativas	9.252	9.853
Honorários dos administradores (Nota 7 (b))	2.793	1.962
Provisão para tratamento de resíduo (Nota 12.2)	136	1.988
Depreciação e amortização	1.130	1.039
Outras despesas (receitas), líquidas	<u>(313)</u>	<u>1.282</u>
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<u>18.365</u>	<u>17.501</u>
<b>Resultado de participações societárias (Nota 8)</b>		
Equivalência patrimonial	(402)	341
<b>Resultado financeiro</b>		
Despesas financeiras	(3.142)	(2.385)
Receitas financeiras	<u>7.333</u>	<u>3.375</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	22.154	18.832
Imposto de renda e contribuição social (Nota 6)		
Do exercício	(3.309)	(2.160)
Diferidos	<u>(2.576)</u>	<u>19.172</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>16.269</u>	<u>35.844</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	<u>1.528</u>	<u>1.512</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R\$	<u>10,65</u>	<u>23,71</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fluxo de Caixa**

	2009	2008
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.154	18.832
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	11.576	8.720
Valor residual do ativo imobilizado baixado	254	891
Valor residual do ativo diferido baixado	26	448
Resultado da equivalência patrimonial	402	(341)
Provisão para contingências, líquida	(250)	942
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências, depósitos judiciais e aplicações financeiras	<u>(4.594)</u>	<u>(2.696)</u>
	29.568	26.796
Variações nos ativos e passivos:		
Títulos e valores mobiliários	(23.785)	(29.590)
Contas a receber de clientes	4.133	819
Estoques	92	(563)
Impostos e contribuições a compensar	(2.414)	(1.132)
Outros ativos	(858)	220
Fornecedores	1.732	(2.324)
Salários e encargos sociais	1.524	440
Impostos, taxas e contribuições sociais	458	(821)
Adiantamento de clientes	(382)	(3.181)
Outros passivos	<u>2.175</u>	<u>1.761</u>
	12.243	7.575
<b>Caixa proveniente das operações</b>		
Juros pagos	(2.174)	(1.743)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(503)</u>	<u>(898)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	9.566	(10.216)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(18.316)	(9.956)
Adições do ativo intangível	<u>(1.008)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(19.324)</u>	<u>(9.956)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital (Nota 13 (b))	8.350	8.348
Amortização de empréstimos	(7.947)	(44.579)
Ingressos de empréstimos	9.570	53.161
Dividendos pagos	(1.632)	-
Partes relacionadas, líquida	<u>1.989</u>	<u>1.131</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<u>10.330</u>	<u>18.061</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	572	(2.111)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	205	2.316
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<u>777</u>	<u>205</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**
*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*
**1. Contexto operacional**

A CETREL S.A. – Empresa de Proteção Ambiental (“Companhia” ou “CETREL”) tem por objetivo prestar os seguintes serviços de proteção ambiental, principalmente aos seus acionistas usuários localizados na área de influência do Pólo Industrial de Camaçari:

- Sistema de orgânicos e de águas não contaminadas - coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes líquidos orgânicos e não contaminados.
- Unidade de incineração de resíduos líquidos - processamento e queima de resíduos líquidos organoclorados não biodegradáveis.
- Unidade de incineração de resíduos sólidos - processamento e queima de resíduos sólidos perigosos.
- Unidade de resíduos sólidos - disposição em aterros industriais, estocagem provisória em silos, pátios e galpões, assim como biolavagem de resíduos.
- Monitoramento ambiental – análises químicas, físico-químicas e biológicas, monitorando ar, solo, águas subterrâneas e superficiais, efluentes, rios, mar e consultoria ambiental.

A Companhia participa em 50% do capital social da controlada em conjunto Cetrel - Lumina Ltda. (“Cetrel - Lumina”), conforme descrito na Nota 8, através de soluções de engenharia no mercado industrial, por meio de contratos qualificados, com foco na seletividade e segurança empresarial, nos segmentos de petróleo, química e petroquímica, siderurgia e mineração.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**
**2.1 - Apresentação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 5 de fevereiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.3 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**2.2 - Descrição das principais práticas contábeis adotadas**
**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**(b) Instrumentos financeiros**

A Companhia classificou seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos até o vencimento e mensurados a valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e estão atrelados diretamente ao contrato de financiamento FNE com o Banco do Nordeste (Nota 3). São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do exercício.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

**(c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para devedores duvidosos, estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o cliente não será capaz de liquidar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

**(d) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. Os estoques compreendem itens de manutenção, laboratório, insumos, entre outros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008**
*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*
**(e) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e o saldo da reserva de reavaliação do ativo imobilizado. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 6).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(f) Depósitos judiciais**

Os depósitos são registrados ao valor efetivamente depositado judicialmente, atualizados monetariamente pela SELIC e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

**(g) Demais ativos circulante e não circulante**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

**(h) Investimentos**

O investimento em sociedade controlada em conjunto é registrado pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício, é reconhecido como receita (ou despesa) operacional.

Quando a participação da Companhia nas perdas da controlada ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais no passivo.

**(i) Imobilizado**

Terrenos, edificações e benfeitorias, equipamentos e instalações, tubulações, barragens e canais são demonstrados pelo valor justo, com base em avaliação feita em 1990, por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação e são representados, principalmente, por estações de tratamento.

Os aumentos no valor contábil resultantes da reavaliação dos bens foram creditados na reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A cada ano, a diferença entre a depreciação baseada no valor contábil reavaliado do ativo (a depreciação é apropriada ao resultado) e a depreciação baseada no custo original do ativo, é transferida da reserva de reavaliação para resultados acumulados.

A reavaliação espontânea de ativos foi extinta a partir de 1º de janeiro de 2008, e o saldo remanescente nessa reserva continuará a ser transferido para resultados acumulados na proporção da baixa dos ativos a que se referem, conforme disposição do item 31 do CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo ou o montante reavaliado de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9. Terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para resultados acumulados.

Os custos dos juros sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os outros custos de empréstimos são tratados como despesas.

**(j) Intangível**
**Pesquisa e desenvolvimento**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes) são reconhecidos como ativo intangível quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser mantido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

**Programas de computador (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador e gastos com o desenvolvimento de softwares são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 10.

**(k) Diferido**

O diferido, formado principalmente por despesas pré-operacionais e de reorganização, é amortizado no período de até dez anos. A Companhia optou por manter o saldo do diferido existente em 31 de dezembro de 2008, até sua completa realização. O diferido estará sujeito a análise periódica de seu valor recuperável, conforme disposição do item 20 do CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

**(l) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

**(m) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**(n) Benefícios a funcionários - Participação nos lucros e bônus**

Reconhecida em "Salários e encargos sociais" com base no plano formal de distribuição de resultados aprovado pela administração da Companhia.

**(o) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

**(p) Adiantamentos para futuro aumento de capital**

Os adiantamentos para futuro aumento de capital representam os recursos recebidos dos acionistas para a viabilização de novos projetos. Os referidos adiantamentos estão registrados ao custo.

**(q) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor faturado pela venda de serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com percentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

**2.3 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias nos exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

**(a) Pronunciamentos**

- CPC 16 - Estoques
- CPC 19 - Participação em empreendimento controlado em conjunto
- CPC 20 - Custos de empréstimos
- CPC 21 - Demonstração intermediária
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- CPC 24 - Eventos subsequentes
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 - Ativo imobilizado
- CPC 28 - Propriedade para investimento
- CPC 30 - Receitas
- CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- CPC 33 - Benefícios a empregados
- CPC 35 - Demonstrações separadas
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação

**(b) Interpretações**

- ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28
- ICPC 11 - Recebimento em transferência de ativos de clientes
- ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares

**3. Títulos e valores mobiliários**

	2009			2008		
	Mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantido até o vencimento	Total	Mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantido até o vencimento	Total
Certificados de Depósitos Bancários lastreados em CDI	60.709	3.682	64.391	32.632	3.379	36.011
Ativo circulante	(60.709)	-	(60.709)	(32.632)	-	(32.632)
Não circulante	-	3.682	3.682	-	3.379	3.379

Os títulos e valores mobiliários referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos superiores a 90 dias, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI"), com liquidez imediata.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4. Contas a receber de clientes

	2009	2008
Mercado interno	14.900	19.264
Provisão para devedores duvidosos	(1.083)	(1.314)
	<u>13.817</u>	<u>17.950</u>

Do saldo a receber de clientes, o montante de R\$ 11.642 (2008 – R\$ 16.231) refere-se a contas a receber de partes relacionadas, conforme descrito na Nota 7.

#### 5. Estoques

	2009	2008
Materiais de manutenção	2.495	2.377
Materiais de laboratório	445	514
Materiais de consumo	148	222
Outros materiais	<u>296</u>	<u>363</u>
	<u>3.384</u>	<u>3.476</u>

#### 6. Imposto de renda e contribuição social

##### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Ativo		Passivo	
	2009	2008	2009	2008
Prejuízos fiscais de imposto de renda	10.924	12.817	-	-
Bases negativas de contribuição social	5.672	6.355	-	-
Reavaliação de ativos	-	-	9.557	10.013
	16.596	19.172	9.557	10.013
Circulante	(2.909)	(767)	(456)	(456)
Não circulante	<u>13.687</u>	<u>18.405</u>	<u>9.101</u>	<u>9.557</u>

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 43.520 e R\$ 62.948 (2008 – R\$ 51.190 e R\$ 70.530), respectivamente, os quais serão compensados com lucros tributáveis futuros.

Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

A Companhia possui saldo de reserva de reavaliação no montante de R\$ 28.110 (2008 – R\$ 29.451). A administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008 em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data, vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados.

##### (b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos e passivos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2009 apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2009		2008	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2009	-	-	875	456
2010	2.909	456	902	456
2011	3.223	456	1.792	456
2012	6.272	456	2.107	456
2013	4.192	456	2.369	456
2014	-	456	2.966	456
2015 em diante	-	7.277	8.161	7.277
	<u>16.596</u>	<u>9.557</u>	<u>19.172</u>	<u>10.013</u>

#### 7. Partes relacionadas

##### (a) Transações e saldos

	Ativo		Circulante	Passivo		
	Circulante			Não circulante		
	Contas a receber de clientes	Partes relacionadas		Adiantamentos de clientes	Adiantamentos para futuro aumento de capital	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Controlada e acionistas:</b>						
Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A.	370	111	-	-	-	-
AmBev – Companhia de Bebidas das Américas	506	206	-	-	-	-
Bahia Pulp S.A.	3.063	8.650	-	-	-	-
Braskem S.A.	3.222	2.610	-	-	-	-
Cetrel – Lumina Tec. e Eng. Ambiental Ltda.(i)	39	80	1.472	-	517	-
Dow Brasil S.A.	112	183	-	-	-	-
Du Pont do Brasil S.A.	273	153	-	-	-	-
Elekeiroz S.A.	430	375	-	-	-	-
Millennium Inorg. Chem. do Brasil S.A.	102	82	-	804	735	551
Monsanto Nordeste Ind. e Com. Ltda.	1.113	586	-	-	-	5.374
Oxítene Nordeste S.A. Ind. e Comércio	312	243	-	-	-	-
Parapanema S.A.	199	185	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	961	1.893	-	-	-	-
Outros	<u>940</u>	<u>874</u>	-	-	-	-
	<u>11.642</u>	<u>16.231</u>	<u>1.472</u>	<u>804</u>	<u>735</u>	<u>5.374</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

##### (c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2009		2008	
	IR	CSL	IR	CSL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.154	22.154	18.832	18.832
Ajustes:				
Adições permanentes	2.791	2.645	2.283	2.283
Adições temporárias	9.879	10.463	9.635	10.277
Exclusões permanentes	(1.108)	(1.108)	(1.093)	(1.093)
Exclusões temporárias	(8.148)	(8.879)	(6.973)	(6.485)
Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal e base negativa	25.568	25.275	22.684	23.814
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(7.670)	(7.582)	(6.805)	(7.144)
Lucro tributável no exercício	17.898	17.693	15.879	16.670
Imposto de renda (15% mais adicional de 10%) e contribuição social (9%)	4.450	1.592	3.946	1.500
Subvenção – SUDENE	(2.626)	-	(3.161)	-
Outros	(107)	-	(125)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>1.717</u>	<u>1.592</u>	<u>660</u>	<u>1.500</u>

##### (d) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido a partir da prestação de alguns dos serviços que presta. Esses incentivos, no montante de R\$ 2.626 em 2009 (2008 - R\$ 3.161), foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades individualmente, até o ano-base de 2015.

As subvenções e assistências governamentais, a partir de 2008, são registradas contabilmente na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

##### (e) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Transações			
	Serviços prestados		Materiais e utilidades adquiridas	
	2009	2008	2009	2008
<b>Controlada e acionistas:</b>				
Acrinor – Acrilonitrila do Nordeste S.A.	3.921	2.605	-	-
AmBev - Companhia de Bebidas das Américas	2.664	2.419	-	-
Bahia Pulp S.A.	16.685	14.745	-	-
Braskem S.A.	24.121	23.982	399	675
Dow Brasil S.A.	1.666	3.156	-	-
Du Pont do Brasil S.A.	3.182	3.388	-	-
Elekeiroz S.A.	5.838	7.997	-	-
Millennium Inorg. Chem. do Brasil S.A.	1.504	1.755	-	-
Monsanto Nordeste Ind. e Com. Ltda.	6.545	7.470	-	-
Oxitemo Nordeste S.A. Ind. e Comércio	3.494	3.245	61	-
Paranapanema S.A.	3.382	3.280	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	19.226	10.674	-	73
Outros	<u>5.998</u>	<u>4.462</u>	<u>418</u>	<u>179</u>
	<u>98.226</u>	<u>89.178</u>	<u>878</u>	<u>927</u>

Em contas a receber de clientes e serviços prestados são apresentados os saldos das transações relativas à prestação de serviço de proteção ambiental. Em materiais e utilidades adquiridos, são apresentados os montantes pagos na aquisição de insumos e utilidades, aplicados nos serviços prestados.

(i) O saldo de partes relacionadas refere-se ao contrato de conta-corrente celebrado entre as partes, sem a incidência de encargos financeiros, para manter as operações da controlada em conjunto Cetrel - Lumina Tec. e Eng. Ambiental Ltda. notadamente, prestação de serviços de consultoria a projetos voltados para a área ambiental (Nota 1). O referido contrato tem vencimento em junho de 2010, data que será integralmente quitado.

9. Imobilizado	Terrenos		Edificações e benfeitorias		Equipamentos e instalações		Tubulações		Barragens e canais		Outros		Obras em andamento		Imobilizado total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Saldos em 31 de dezembro de 2007, líquido	9.472		53.923		15.602		37.944		23.394		9.696		27.218		177.249	
Aquisições	-		155		1.182		-		-		7.054		11.151		19.542	
Alienações	-		(6)		(23)		(762)		-		(6.010)		(755)		(7.556)	
Transferências, líquidas	-		3.137		3.860		16.447		125		140		(26.058)		(2.349)	
Depreciação/exaustão	-		(1.706)		(3.682)		(3.016)		(926)		(1.884)		-		(11.214)	
Saldos em 31 de dezembro de 2008, líquido	<u>9.472</u>		<u>55.503</u>		<u>16.939</u>		<u>50.613</u>		<u>22.593</u>		<u>8.996</u>		<u>11.556</u>		<u>175.672</u>	
Custo reavaliado total	9.472		85.396		113.167		96.124		44.546		18.469		11.556		378.730	
Depreciação/exaustão acumulada	-		(29.893)		(96.228)		(45.511)		(21.953)		(9.473)		-		(203.058)	
Valor residual	<u>9.472</u>		<u>55.503</u>		<u>16.939</u>		<u>50.613</u>		<u>22.593</u>		<u>8.996</u>		<u>11.556</u>		<u>175.672</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2008, líquido	9.472		55.503		16.939		50.613		22.593		8.996		11.556		175.672	
Aquisições	-		-		1.932		-		-		459		19.436		21.827	
Alienações	-		-		(462)		-		-		(112)		(2.962)		(3.536)	
Transferência, líquidas	-		469		1.990		553		-		(285)		(2.957)		(230)	
Depreciação/exaustão	-		(1.750)		(3.709)		(3.080)		(929)		(1.180)		-		(10.648)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009, líquido	<u>9.472</u>		<u>54.222</u>		<u>16.690</u>		<u>48.086</u>		<u>21.664</u>		<u>7.878</u>		<u>25.073</u>		<u>183.085</u>	
Custo reavaliado total	9.472		85.865		116.627		96.677		44.546		18.531		25.073		396.791	
Depreciação/exaustão acumulada	-		(31.643)		(99.937)		(48.591)		(22.882)		(10.653)		-		(213.706)	
Valor residual	<u>9.472</u>		<u>54.222</u>		<u>16.690</u>		<u>48.086</u>		<u>21.664</u>		<u>7.878</u>		<u>25.073</u>		<u>183.085</u>	
Taxas anuais de depreciação/exaustão - %	-		2		10		3,3		2		Média de 10,2		-		-	

Em julho de 1990, a Companhia registrou a reavaliação do seu ativo imobilizado. Com o advento do pronunciamento técnico do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (“IBRACON”) no ano de 1995, a Companhia decidiu por integrar ao custo do seu imobilizado, a parcela da reavaliação ainda não realizada.

10. Intangível	Softwares adquiridos		Desenvolvimento de projetos		Total
	2009	2008	2009	2008	
Saldos em 31 de dezembro de 2007					2.237
Transferências (i)	2.152		85		2.237
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>2.152</u>		<u>85</u>		<u>2.237</u>
Custo total	5.268		183		5.451
Amortização acumulada	(3.116)		(98)		(3.214)
Valor residual em 31 de dezembro de 2008	<u>2.152</u>		<u>85</u>		<u>2.237</u>
Custo total	6.276		184		6.460
Amortização acumulada	(3.866)		(112)		(3.978)
Valor residual em 31 de dezembro de 2009	<u>2.410</u>		<u>72</u>		<u>2.482</u>
Taxas anuais de amortização - %	20		10		

(i) Referem-se a transferências do ativo imobilizado (licenças para uso de software) e do ativo diferido (projetos de pesquisa e desenvolvimento), conforme descrito na Nota 2.2 (j).

**(b) Remuneração do pessoal chave da administração**  
O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e gerentes operacionais da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Salários e encargos	2.896	2.530
Honorários de diretoria	2.793	1.962
Participação nos lucros	681	616
Planos de aposentadoria e pensão	94	61
	<u>6.464</u>	<u>5.169</u>

8. Investimentos	2009	2008
Investimento em controlada em conjunto – Cetrel - Lumina	-	287
Outros Investimentos	28	28
	<u>28</u>	<u>315</u>

As principais informações sobre o investimento são demonstradas conforme abaixo:

	2009	2008
Participação da Companhia no capital integralizado - %	50	50
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(230)	573
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(730)	681
Equivalência patrimonial	(402)	341
Investimento (provisão para cobertura de passivo a descoberto)	(115)	287
Movimentação do investimento na Cetrel - Lumina:		
Saldo em 31 de dezembro em 2007		(54)
Equivalência patrimonial		341
Saldo em 31 de dezembro de 2008		287
Equivalência patrimonial		(402)
Saldo em 31 de dezembro de 2009		(115)

**11. Empréstimos e financiamentos**

Moeda nacional	Encargos financeiros anuais		2009	2008
	2009	2008		
Capital fixo				
FINAME	TJLP + juros ponderados de 4,5%		186	400
BNDES	TJLP + juros ponderados de 1,82%		20.432	13.237
FNE (i)	Juros de 10%		7.744	13.079
Total			28.362	26.716
Circulante			(9.421)	(8.501)
Não circulante			18.941	18.215

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

(i) Financiamento obtido com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”) destinado para a ampliação do sistema de coleta e transporte e bacia de equalização, recuperação dos tanques de aeração e construção de emissário e aterro industrial.

Sobre os encargos incidentes, é aplicado um bônus de adimplência de 15%, reconhecido por ocasião dos pagamentos efetuados nas datas dos respectivos vencimentos. O financiamento inclui a constituição de um fundo de liquidez correspondente ao mínimo de seis parcelas de amortização, formado na proporção de sua representação sobre o montante a ser liberado, conforme mencionado na Nota 2.2 (b).

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos contratados pela Companhia para a formação de capital de giro e capital fixo, são garantidos por recebíveis de contratos de prestação de serviços firmados com clientes, bem como pela hipoteca de ativo imobilizado no montante de R\$ 42.429.

O saldo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2009	2008
2010	-	6.943
2011	6.000	4.496
2012	3.982	2.085
2013	3.982	2.085
2014 em diante	4.977	2.606
	<u>18.941</u>	<u>18.215</u>

## 12. Provisão para contingências, depósitos judiciais e tratamento de resíduos

### 12.1 - Provisão para contingências e depósitos judiciais

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2009	2008	2009	2008
Salário Educação (c)(i)	2.178	2.103	2.178	2.103
COFINS - Lei nº 10.833/03 (c)(ii)	5.367	5.070	5.367	5.070
PIS - Lei nº 10.637 (c)(ii)	1.481	1.400	1.481	1.400
PIS e COFINS - IN 468/04 (c)(iii)	746	-	-	-
Reclamações trabalhistas	423	426	1.174	836
INSS-Execução Fiscal nº 759742-5/2005(c)(v)	193	-	-	-
Outros	706	758	1.263	1.208
Total	11.094	9.757	11.463	10.617
Depósitos judiciais apresentados como dedução de contingências	<u>(9.864)</u>	<u>(9.391)</u>	<u>(9.864)</u>	<u>(9.391)</u>
	<u>1.230</u>	<u>366</u>	<u>1.599</u>	<u>1.226</u>

(b) A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2007	11.480
Adições	302
Reversões - principal	(1.328)
Reversões - atualizações monetárias	(917)
Atualizações monetárias	1.080
Saldo em 31 de dezembro de 2008	10.617
Adições	339
Reversões - atualizações monetárias	(25)
Atualizações monetárias	532
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>11.463</u>

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como de processos de natureza trabalhista. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2009, mantém provisão para estes processos, em montantes considerados suficientes. Adicionalmente, a Companhia mantém depósitos judiciais para fazer face a estes processos, os quais são corrigidos pela taxa SELIC.

(c) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

#### (i) Salário educação

Ação questionando a constitucionalidade das normas que regulamentam o salário educação. No exercício de 2004, a Companhia não obteve êxito nesta ação, e espera a conversão em renda à União dos depósitos judiciais. A referida conversão não foi realizada até 31 de dezembro de 2009. A Companhia requereu liberação dos bens em penhora e conversão em renda para a União dos depósitos efetuados.

#### (ii) PIS - Lei nº 10.637/02 e COFINS - Lei nº 10.833/03 - Base de cálculo

Processos nos quais se questiona a constitucionalidade e legalidade das alterações da base de cálculo e alíquota da COFINS e da Contribuição para o PIS, introduzidas pela Lei nº 10.833/03 e Lei nº 10.637/02, respectivamente. Em relação à COFINS, o processo está pendente de julgamento da apelação interposta pela Companhia, no exercício de 2004, e os autos encontram-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O processo relativo ao PIS, no qual objetiva-se a manutenção da base de cálculo e alíquota previstas na LC 07/70, também está pendente de julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia perante o TRF da 1ª Região, em 12 de novembro de 2004.

#### (iii) PIS e COFINS - Instrução Normativa - IN 468/2004 - Cumulatividade

A União Federal manifestou-se requerendo o arquivamento definitivo dos autos em 9 de setembro de 2009. Autos arquivados com baixa em 16 de setembro de 2009.

#### (iv) ICMS Antecipação Parcial

Execução Fiscal visando cobrar débito de ICMS. Em 28 de junho de 2007 a Executada foi citada para pagar ou garantir a Execução. Protocolizada petição, em 10 de julho de 2007, apresentando Carta de Fiança Bancária para garantir o juízo. Em 29 de junho de 2009, requerendo a substituição da Carta de Fiança apresentada por depósito do montante integral exigido sendo proferida decisão deferindo o quanto requerido pela Executada, de modo que o depósito foi devidamente realizado.

### (v) INSS - Execução Fiscal nº 759742-5/2005

Execução Fiscal com origem na responsabilidade solidária da Companhia pelas obrigações tributárias recolhimento da contribuição patronal, SAT, SEBRAE e INCRA - devidas pela PELIR Engenharia Ltda., Vilaça Construções Ltda. e João Evaristo Marques Santos, em decorrência de contrato de prestação de serviço na área de construção civil. A Execução foi precedida Ação Anulatória e Ação Cautelar. Em 2009 substituiu-se a Carta Fiança por depósito judicial.

### 12.2 - Tratamento de resíduos

Refere-se a provisão constituída no exercício de 2008 em virtude de gastos futuros estimados pela equipe de engenharia da Companhia para tratamento de resíduos, no montante de R\$ 1.400. Tais custos operacionais estão associados ao cumprimento das condicionantes da licença de operação da área de estocagem, recomendadas pelo CRA.

## 13. Patrimônio líquido

### (a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.000.000 de ações ordinárias nominativas.

### (b) Capital subscrito

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 151.278 (2008 - R\$ 149.619), representado por 1.527.904 (2008 - 1.511.557) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2007, foi autorizado um aumento de capital no valor total de R\$ 8.293 com emissão de 81.888 ações ordinárias, mediante crédito em moeda corrente em 60 parcelas mensais e consecutivas. As ações foram subscritas pela Bahia Pulp S.A. ("Bahia Pulp"), pelo preço unitário de R\$ 509,79165, dos quais R\$ 101,27479 destinados a conta de capital social em contrapartida da conta capital a integralizar e R\$ 408,51686 a ser alocado em conta de reserva de ágio à proporção em que as parcelas forem liquidadas pelo subscritor. No exercício de 2009, a Companhia integralizou capital no montante de R\$ 1.659 e constituiu reserva de capital - Ágio no montante de R\$ 6.691 (2008 - R\$ 1.658 e R\$ 6.690, respectivamente).

### (c) Direitos das ações

Aos acionistas é garantido dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### (d) Reserva de capital

#### Incentivos fiscais

No exercício de 2006, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, concedeu benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75%, durante 10 (dez) anos sobre as receitas provenientes da prestação dos serviços de estocagem, tratamento biológico, processamento e disposição final de resíduos; incineração de resíduos sólidos e líquidos organoclorados não biodegradáveis; coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes líquidos orgânicos e águas não contaminadas; monitoramento do ar e águas subterrâneas.

#### Reserva de ágio

Constituída pela diferença entre o valor do aumento de capital e o valor das ações integralizadas pelas parcelas liquidadas pelo subscritor (Vide item (b) anterior).

#### (e) Reserva de reavaliação

Apresenta o saldo da reavaliação do ativo imobilizado constituída em 1990, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos correspondente (Nota 6 (a)), cuja realização ocorre na mesma proporção de realização do ativo reavaliado, através da sua depreciação ou baixa, contra a conta de resultados acumulados.

#### (f) Reservas de lucros

##### Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

##### Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

##### Incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e Lei nº 11.638/07, essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 6 (d), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de resultados acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. As parcelas de incentivos fiscais para investimentos recebidas até 31 de dezembro de 2007 permanecerão como reserva de capital até sua completa realização, nos termos da legislação societária.

## 14. Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto nos artigos nº 196 e 197, é assim demonstrada:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	16.269	35.844
Realização (constituição) de reservas:		
Reavaliação	1.342	2.135
Legal	(813)	(1.792)
Incentivos fiscais	(2.626)	(3.161)
Compensação prejuízos acumulados	-	(26.477)
Base de cálculo dos dividendos	<u>14.172</u>	<u>6.549</u>
Dividendos propostos - 25%	<u>3.543</u>	<u>1.637</u>

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e de 2008

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

##### (a) Investimentos

Consistem, principalmente, em investimentos em controlada em conjunto de capital fechado, registrado pelo método de equivalência patrimonial, na qual a Companhia tem interesse estratégico e comercial.

##### (b) Risco de crédito

A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis,

a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

##### (c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

#### 16. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segura
Responsabilidade civil	6.600
Riscos nomeados, incluindo os lucros cessantes	14.674
Automóveis	6.609

### Conselho de Administração

Manoel Carnaúba Cortez	- Presidente
James Silva Santos Correia	- Vice – Presidente
João Felipe de Souza Leão	- Conselheiro
Luiz de Mendonça	- Conselheiro
Victor Manuel Martins Pais	- Conselheiro

### Diretoria

Ney Antonio de Souza Silva	Diretor-Presidente
Demosthenes Miranda de Carvalho Filho	Diretor
Dênio Dias Lima Cidreira	Diretor

### Contadora

Suzane Souza Dória  
CRC BA 018403/O-2

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cetrel S.A. - Empresa de Proteção Ambiental, em reunião realizada nesta data, às 10:00 horas, no escritório da Companhia, localizado na Av. Tancredo Neves, nº 3.343, Ed. CEMPRES, Torre A, 14º andar, Pituba, Salvador, Bahia, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e tomando por base o parecer dos auditores independentes, o qual não contém ressalvas, é de opinião favorável à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Salvador/BA, 23 de fevereiro de 2010.

Ismael Campos de Abreu - Presidente	Hildebrando José Campos Gonsales - Conselheiro Titular	José Geraldo dos Reis Santos - Conselheiro Titular
Ana Patrícia Soares Nogueira - Conselheira Titular	Salvador Brito de São José - Conselheiro Titular	

### Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas

#### CETREL S.A. – Empresa de Proteção Ambiental

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CETREL S.A. – Empresa de Proteção Ambiental em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETREL S.A. – Empresa de Proteção Ambiental em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações

do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na Nota 7 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações comerciais e financeiras em montantes significativos com acionistas e partes relacionadas, as quais são realizadas nas condições descritas na referida Nota. Os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

Salvador, 5 de fevereiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Marco Aurélio de Castro e Melo  
Contador CRC 1SP153070/O-3 "S" BA